



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638367 - PR (2021/0000715-9)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : IAN ANDERSON STAFFA MALUF DE SOUZA
ADVOGADO : IAN ANDERSON STAFFA MALUF DE SOUZA - PR046769
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : OSVALDO DE CAMARGO (PRESO)
CORRÉU : FELIPE COUTINHO CRISTIANO
CORRÉU : TERESINHA VALERIA DA SILVA
CORRÉU : GIOVANI FERNANDES DE ALMEIDA
CORRÉU : JENISSON NIEMIES OLIVEIRA
CORRÉU : LUCIANO MUCIO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de OSVALDO DE CAMARGO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (Revisão Criminal n. 0035010-89.2020.8.16.0000).

O paciente foi condenado como incurso nos arts. 33, caput, e 35, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 a pena de 11 anos e 8 meses de reclusão, em regime fechado.

O impetrante aduz que o paciente sofre constrangimento ilegal em razão da equivocada dosimetria da pena, que não poderia sopesar negativamente sua culpabilidade na primeira fase de cálculo, menos ainda de forma desproporcional a ponto de aumentá-la em 15 meses.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, "por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do

magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório" (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente